

REDESCOBRINDO O PENSAMENTO RICHMONDIANO: DIAGNÓSTICO SOCIAL¹

Ilda Lopes Rodrigues da Silva²

RESUMO

Este artigo faz uma releitura da obra Diagnóstico Social, de autoria de Mary Richmond, na perspectiva teórica de estudo do objeto de conhecimento do Serviço Social. Toma como quadro de referência as categorias de análise Evidência Social / Investigação e Interpretação / Explicação, considerando “o bem fazer” e “porque fazer” o Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico Social, Teoria do Serviço Social, Mary Richmond.

ABSTRACT

This article is based on a rereading of the Mary Richmond's Social Diagnosis book within a theoretical perspective of the study of the object of knowledge of Social Work. Its frame of reference are the following analytical categories: Social Evidence / Investigation and Interpretation / Explanation taking into consideration the “well to do “ and the “why to do “ in Social Work.

Key-words: Social Diagnosis, Social Work Theory, Mary Richmond.

“*Social Diagnosis*” é, entre os livros de Mary Ellen Richmond, aquele onde pulsa simultaneamente o conjunto de inquietações a partir do qual esta admirável representante da crítica ao assistencialismo economicista põe a descoberto as dúvidas, os obstáculos e as posições assumidas pelas(os) trabalhadoras(es) no final do século XIX meados do século XX; e no qual se lê o registro da construção da primeira sistematização das bases científicas do Serviço Social. O livro constitui um excelente ponto de partida para uma tentativa de interpretação e organização de seu pensamento. Este ponto de partida é metodologicamente útil porque uma leitura de Richmond implica certo esforço, pois as linhas de ordenação de seu pensamento exigem uma aproximação nem sempre fácil ao contexto sócio-cultural e científico dominante em seu tempo.

¹Texto adaptado de minha Dissertação de Mestrado em Serviço Social defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, em 1976.

²Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO. Mestre em Serviço Social pela PUC-RIO. Livre Docente em Serviço Social pela Universidade Gama Filho – UGF.

A obra richmondiana está reunida em sete volumes e vários artigos dispersos que revelam uma dupla pedagogia: uma voltada para a filosofia, ao indicar os valores subjacentes às práticas sociais; outra, para o método, quando prescreve procedimentos de conhecimentos e ação, nas reflexões que empreende sobre “bem fazer” e “porque fazer” o trabalho social.

Em 1899, organiza um manual para trabalhadoras sociais intitulado “*Friendly Visiting the Poor: A Handbook for Charity Workers*” editado por *The Macmillan Co*, NY.

Em 1907, escreve para os voluntários “*The Good Neighbor in the Modern City*”, com edição especial de dez mil exemplares publicados por *J.B. Lippincott Co*.

A partir da exigência da “*necessidade de conhecimento e preparo para o trabalho social*”, Richmond dedica-se à pesquisa, levando a discussão científica ao campo social. Reúne material durante vários anos para seus livros “*Social Diagnosis*” (1917) e “*What is Social Case Work? An Introductory Description*” (1922), editados pela *Russel Sage Foundation*, NY.

“*The Long View*”, último livro, é uma edição póstuma de 1930 que junta artigos e textos produzidos por Richmond no período de 1882 a 1928. Suas organizadoras Joanna G. Colcord e Ruth Z. S. Mann, apresentam essa coletânea de documentos de forma cronológica, o que permite acompanhar o pensamento e as experiências da autora ao largo do tempo de sua existência. Vale registrar as cinco partes desse livro editado também pela *Russel Sage Foundation*. São elas: 1ª-Anos Pré-profissionais, 1861 a 1889; 2ª-Baltimore, 1889 a 1900; 3ª-Filadélfia, 1900 a 1909; 4ª-Nova York, 1909 a 1917; 5ª-Nova York, 1917 a 1928.

“*Social Diagnosis*” teve sua publicação em língua portuguesa como DIAGNÓSTICO SOCIAL, em 1950, pelo Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, de Lisboa, Portugal, por tradução do Dr. José Alberto de Faria. Não houve após essa iniciativa nenhuma outra que contemplasse esse livro integralmente, ou os demais da sua obra, de forma completa em português.

Decorrido, portanto, mais de meio século, a oportunidade de reler o DIAGNÓSTICO SOCIAL é de relevância impar, pois o conhecimento das origens da profissão de Serviço Social, e de sua matriz como uma nova disciplina social, é fundamental para a construção de uma identidade, e é instigante para procurar pistas para o encaminhamento dos problemas não resolvidos.

O discurso de Richmond é caracterizado por uma crítica, que permeia toda a sua elaboração, e pela descrição de suas construções teóricas.

A garantia que dá a suas construções está baseada em sua experiência pessoal e nos conhecimentos científicos de que dispunha. Não as considera definitivas, mas admite que possam ser aperfeiçoadas, transformadas ou superadas. Isto porque o Serviço Social, como disciplina, terá que acompanhar o progresso científico e a dinâmica da sociedade.

Usa a terminologia da época. Não tendo criado vocábulos próprios acrescenta aos termos tradicionais a palavra “social”. Dessa forma não deixa que seja percebida de imediato a especificidade neles contida.

O livro DIAGNÓSTICO SOCIAL contém um prefácio e está composto por três partes distribuídas em vinte e oito capítulos. A primeira parte é intitulada – Evidências Sociais (na tradução portuguesa de 1950 está registrada como Realidades Sociais); a segunda parte, Métodos que Conduzem ao Diagnóstico; a terceira parte, Modalidades nos Processos. A seguir inclui três apêndices, bibliografia e índice analítico.

No prefácio Richmond descreve o caminho que percorreu para constituir sua obra, declarando que durante vários anos recolheu material para responder a sua

indagação principal: - que noções básicas e comuns haverá que possam orientar as trabalhadoras sociais para chegar ao Diagnóstico Social? Para além de sua experiência, apoiou-se, na discussão científica com autores de seu tempo das áreas do Direito, Psicologia, História, Medicina, Psiquiatria e Pedagogia. Termina o prefácio convidando os leitores a criticarem seu trabalho mostrando a abertura ao diálogo.

Na primeira parte, Evidências Sociais, analisa as origens do trabalho social e a natureza das evidências em cinco capítulos: Origens, A Natureza das Evidências Sociais e a Utilização de seu Conhecimento, Definições que Interessam à Investigação, A Evidência Testemunhal, e Deduções.

Nesta parte inicial, ela trata da dimensão histórica do trabalho social baseado no “inquérito”. Percebe-se, logo na introdução, que o pensamento das trabalhadoras sociais na Inglaterra era orientado pela visão economicista, baseada no liberalismo econômico e na sociologia sob domínio positivista. Assim o “inquérito geral” desenvolvido nas últimas décadas do século XIX estava impregnado de um individualismo pragmático, não admitindo procedimentos fora de seus critérios.

Seus princípios fundamentavam as normas do trabalho assistencial que podem ser apresentadas resumidamente assim: a recepção de um auxílio fica sujeita a um minucioso inquérito; é indispensável provar a incapacidade de um necessitado; merece atenção verificar a inadequação do solicitante em relação à sociedade. Por se vincular a estas normas, o papel da trabalhadora social era reduzido a investigar a verdade da miséria, uma vez que cada benefício era concedido em função da prova.

Richmond critica essa posição afirmando que qualquer homem com possibilidade de escapar a esse exame não se submeteria a ele; ainda mais, afirma que o objetivo do inquérito geral era antes “*repressão do recurso desnecessário à caridade pública do que o restabelecimento das energias ou a criação de oportunidades de aprendizagem*” (Richmond, 1950:7) de quem dele necessitava.

Apresenta como reação a estas idéias a experiência de Thomas Chalmers (1823) que, na paróquia de Glasgow, fez ver a necessidade da caridade se tornar uma ciência baseada na observação com fins sociais, criando uma modalidade nova de trabalho: o “inquérito individual” que estimulava no indivíduo a capacidade de auto-auxílio. Esse pensamento, entretanto, teve fraca aceitação na Inglaterra.

Esclarece que uma nova possibilidade de trabalho social é vislumbrada quando na segunda metade do século XIX é fundada a controvertida Sociedade de Organização de Caridade (*Charity Organization Society – COS*) em Londres (1869), logo após na cidade de Buffalo, nos Estados Unidos da América (1870). Nota, porém, que apesar de contar entre seus membros com pequeno grupo de reformadores sociais, as Sociedades continuaram a valorizar o inquérito geral.

Nelas encontra-se também a caracterização das causas da pobreza sob o ponto de vista individualista - que tão profundamente marcou essa época. Mesmo permitindo idéias novas e desejosas de caracterizá-las, as Sociedades mantiveram, sempre, muito do espírito conservador. As grandes rupturas foram feitas muito lentamente.

Richmond caracteriza o primeiro corte no processo de trabalho assistencial, quando indica, como contradição significativa dentro da Sociedade de Caridade de Londres, a tentativa de Octavia Hill, quando de seu trabalho educacional, junto a moradores de habitações em condições subumanas (Londres, 1865). O seu esforço consistia em humanizar um programa de política habitacional, tirando elementos para o estudo da influência do meio ambiente sobre as pessoas. Ela cria o sistema de “visitação voluntária”, cujos resultados permitiram a Octavia Hill descrever o inquérito, na Associação de Ciências (Inglaterra), como um trabalho social tendo por objetivo a reintegração social dos indivíduos.

Este posicionamento foi muito significativo para Richmond, pois para ela representou o primeiro texto em que “*o ser humano aparece acima de seu meio social inteiramente diferenciado do meio econômico*”.

As teses de Octavia Hill também não tiveram grande repercussão na Inglaterra, mas foram aceitas por um pequeno grupo de trabalhadores sociais americanos como filosofia e como método - e permaneceram como brechas abertas no sistema.

Richmond, que inicia sua experiência no campo social na Sociedade de Organização de Caridade (Baltimore, 1889), tomou o inquérito como um problema a ser estudado. Ela preocupa-se com o estudo dessa forma de trabalhar – o que leva a uma análise mais estreita das relações entre padrões de procedimento dos trabalhadores sociais no conhecimento e na ação; e com o estudo da qualificação dos trabalhadores sociais para a função - em oposição ao sistema de inquérito geral.

Na primeira parte do DIAGNÓSTICO SOCIAL, em resumo (cap. I a V), Richmond apresenta conceitos, formas e causas de seus empregos. Define social, diagnóstico social, evidência social, fatos, evidências. Argumenta a favor da Evidência Social para os propósitos do Diagnóstico Social. A explicação conceitual pela definição dá coerência à investigação. Expõe finalmente os meios de raciocínio utilizados no Diagnóstico Social.

Na segunda parte, Métodos que Conduzem ao Diagnóstico (cap. VI a XVII) aborda a primeira entrevista como instrumento de investigação, de forma genérica e com aplicações específicas no grupo familiar, nos campos médico, escolar, profissional, vizinhança, instituições sociais e outros. No capítulo XVIII ensina o que é Comparação e Interpretação e como processá-las. O capítulo seguinte (XIX) indica as premissas em que baseia todo o trabalho social, “diferenças entre indivíduos” (apoiada em Thorndike, 1911) e “expansão da personalidade” (apoiada em Helen Bosanquet, 1898, 1906; Thorndike, 1911; James Mark Baldwin, 1912).

Socialmente, é claro que as semelhanças entre os homens devem levar à igualdade de tratamento a todos - o que fortalece a melhoria das massas. Entretanto, Richmond chama a atenção para a necessidade de proceder de modo diferente para com pessoas diferentes - e aí, sim, exercitar a democracia, a participação e o respeito para com o outro.

Quanto ao conceito de expansão da personalidade parece a Richmond ser este fundamental, pois “*o espírito humano (evidentemente o espírito humano é que é o homem), pode ser descrito como somatório das suas relações sociais, portanto estas entram na organização de novas experiências pessoais*” (Richmond, 1950: 315).

Na terceira parte, Modalidades nos Processos, trabalha com questionários visando responder de que maneiras serão indicados os modos possíveis de obter melhores dados, quando necessários (capítulos XX a XXVIII)?

Algumas das teses tratadas por Richmond são as seguintes: as trabalhadoras sociais seguem o modelo inquérito, portanto, dão continuidade ao auxílio na visão economicista; as trabalhadoras apresentam as características de voluntariado por falta de preparo adequado ao trabalho social estabelecendo, dessa maneira, um elo de continuidade do modelo inquérito; o tratamento social se caracteriza, ao nível de indivíduos, pela omissão da articulação do “necessitado” no espaço meio social; o pedido de auxílio, entendido pelo sistema inquérito, prende-se aos fatores econômicos, abandonando no “necessitado” as suas características de pessoa.

O livro revela o empenho de Richmond em integrar o espírito científico numa síntese filosófica que considera o homem em seu mundo. Mostra suas construções originais: Evidência Social e Diagnóstico Social. A produção teórica representa um corpo de conceitos articulados a partir de reflexões sobre momentos operativos. O estilo

de seu discurso se caracteriza por dois aspectos: um, relacionado à defesa de suas teses (a problemática da época) e o outro às construções teóricas que elaborou para propor um método que diz respeito às condições de acesso aos dados, relacionando Evidência Social e Investigação, e aquelas que tratam das condições propriamente construtivas, isto é, a compreensão da Interpretação e Explicação.

Assim, importa destacar os momentos do processo: um referente à Evidência Social, que organiza a configuração da dificuldade social; e o outro à Interpretação que permite a sua compreensão.

Frente ao questionamento do que se deve procurar acerca de qualquer ser humano e de sua dificuldade social, antes de obter o meio de resolver a situação, opta por realizar uma pesquisa de campo abrangendo 57 instituições sociais, das quais selecionou 2800 casos para estudo.

Constrói os critérios para a sua análise fundada nos pressupostos:

“... a melhoria da massa e a melhoria do indivíduo são interdependentes”; e “o social é empregado sempre que se trata do indivíduo, duma associação humana ou princípio de sociedade, em que as relações continuem a influenciar o espírito das unidades” (Richmond, 1950:14). O social emerge das relações sociais.

Adota como categoria geral o “caso” tematizado no espaço-temporalidade delimitado pela intervenção da trabalhadora social.

Como referente teórico-normativo formula exigências ao processo que conduz ao Diagnóstico e à organização de um plano de tratamento: - as condições de acesso aos dados – a colheita dos dados para averiguar a situação; e depois – as condições propriamente construtivas – as conclusões que dessa averiguação se pode tirar.

A colheita de dados, usando a expressão de Richmond, faz-se logo nos primeiros contatos que a trabalhadora social tiver: 1 – com o interessado, 2 – com a família deste, 3 – com outras fontes de informação que não pertençam ao grupo familiar.

Ao analisar os dados da pesquisa com base nessas referências, Richmond relata as dificuldades que sentiu no tratamento dos dados, por não encontrar, nas informações colhidas nos relatórios, a observância dos critérios de objetividade, precisão, atualidade e fidedignidade. Em outras palavras eram dados subjetivos (fatos ou histórias de vida) apreendidos pelas trabalhadoras sociais em entrevistas, sem a preocupação com prova adequada a um trabalho de investigação social. Tenta demonstrar a impossibilidade de aceitar os fatos assim descritos como dados científicos uma vez que os considerou contaminados. Ela desenvolve um trabalho de identificação das características da multiplicidade de fatos apreendidos, de fatos de diferente natureza, pela complexidade de fatores intervenientes e pela singularidade de cada situação – “caso”. Ela trabalha a possibilidade de tornar em dados os fatos apreendidos, articulando a natureza dos aspectos dos diferentes fatos com as alternativas de conhecimentos disponíveis. De imediato, porém, identifica a subjetividade da trabalhadora social e relaciona a exigência de preparo científico para a profissão como uma variável significativa. Chama a atenção, por exemplo, de que há regras para a trabalhadora social poder escolher entre testemunhas de confiança e outras, que tenham *“deitado certo sal nas informações que prestarem”*.

Richmond questiona o problema da subjetividade frente ao postulado da interação fundamental entre o sujeito e o objeto de conhecimento, agravado nesta situação particular por ser esse objeto também um sujeito. Pois o problema se prendia a necessidade, não de dizer de forma melhor o que foi dito, mas de encontrar o não-dito inicial.

Conta que refletiu sobre o saber que tinha a sua disposição: o método das ciências naturais, o método usado pelos tribunais, o método associativo e o de testes usados pelos psicólogos, o método da antropologia pedagógica, o método de diagnóstico médico, o método da história. Aceita este último como uma alternativa para o tratamento dos dados testemunhais. Ao tematizar esta alternativa dedica um capítulo do livro (IV) para explicar a sua apropriação. Ao refutar os demais métodos como inadequados, depara-se com um obstáculo: a grande limitação ou a impossibilidade de fazer um experimento controlado. Os argumentos apresentados foram: não poder controlar atos e ações do passado no presente; não admitir a noção de permanência em seu objeto de conhecimento; não aceitar o encadeamento causal unilateral; não admitir a possibilidade de apreender uma pessoa como objeto.

A pesquisa mostrou a Richmond que as trabalhadoras sociais lidavam com dados subjetivos, que eram somados e voltados para exigências de outras disciplinas não vinculadas à caracterização do objeto da disciplina trabalho social – Serviço Social; assim conclui pela necessidade de estudar as diferentes alternativas de evidências (de razão, de fato, de sentimento e sensorial – cap. III) em relação aos diferentes fatos aprendidos na pesquisa realizada.

Considera que “*o saber por evidência é o saber por ter visto, por ter sentido de modo incontestável*”. A partir do momento em que situa a evidência como premissa, aceita como critério a evidência dos fatos e a evidência social, isto é, ver os fatos em conjunto, a totalidade dos fatos co-presentes e articulados, argumentando em favor do global.

A Evidência Social está dirigida para delimitar o objeto de conhecimento do Serviço Social. A Evidência Social reveste-se da função de reunir todos os fatos da história pessoal ou familiar, que considerados juntos indicam a natureza das dificuldades sociais de um dado cliente e os meios para a sua solução.

Pode-se entender que a expressão Evidência Social não traduza com propriedade a operação do processo de conhecimento utilizado, mas pode-se inferir que equivale à evidência adequada, que pressupõe um conceito de conhecimento. Por isso torna-se, para muitos, difícil numa rápida leitura descobrir o uso da evidência em seu método.

Didaticamente, expõe que os dados da investigação são os elementos iniciais do diagnóstico, os quais uma vez coletados, constituídos como evidências, ao serem submetidos a exame crítico e comparativo criam condições para a interpretação.

Como definição, para usar uma palavra que compreenda todos os tempos dessa operação prefere o termo diagnóstico, mais apropriado como conceito das ciências da natureza e método do campo da medicina, do que o termo investigação, ainda que o diagnóstico seja na realidade o que se faz em último lugar. Diagnóstico acrescido da expressão social, portanto passa a referir-se daí por diante ao Diagnóstico Social.

Richmond ao tematizar o Diagnóstico Social, é bom enfatizar, admitiu ser a Evidência Social uma descrição em presença de multiplicidade evidentemente articulada, cujos limites não podem ser delimitados por erro, mas por impossibilidade. Assim ficou caracterizado que o problema não era analisar as partes, mas descobri-las, ou seja, não dividir as unidades, cuja existência é indiscutível, mas pô-las em relação.

Uma vez que aceitou os fatos serem aprendidos na maioria das vezes de mais de uma fonte para assegurar a intersubjetividade, coloca a exigência dos dados limitados

por duas situações: a observação é sucessiva e o processo de observação está sujeito a modificações controladas.

Enumera como riscos: a subjetividade disfarçada quanto à intencionalidade de busca de determinados dados; deduções com exclusão da experiência anterior; tempo ilimitado – não permitindo a formulação de hipóteses.

Richmond usa uma linguagem claramente pedagógica ao apontar a inferência como uma forma de raciocínio. Salienta que a partir dela, como operação mental, o Serviço Social chega a sua descoberta.

Mostra ainda que, o trabalho com base em inferências mediatas, o raciocínio pode ser tanto dedutivo como indutivo. Continua no capítulo V:

“De muitos casos particulares podemos deduzir uma verdade a generalizar e também pode suceder que de uma verdade geralmente admitida possamos deduzir alguns fatos novos a respeito de um caso particular” (Richmond, 1950:72).

Em seguida, Richmond mostra preocupação de relacionar Evidência Social com a construção de hipóteses; isto é, concluir algo a partir de certos dados ou antecedentes, seja de fatos conhecidos para fatos desconhecidos. E continua de forma repetitiva, através de várias situações, a mostrar como pode ser feita essa inferência: isto é, a transformação do conhecido ao desconhecido – hipótese.

Prosseguindo, ela enumera os riscos a que se expõe o pensamento: adoção de regra geral errada; erro de analogia; erro na relação causal; erro de caso particular.

Os demais obstáculos levantados por Richmond são agrupados na classificação de “riscos resultantes de mentalidade de quem julga”: predisposições pessoais; convenções e preconceitos, limitação por falta de flexibilidade quanto a hábitos de raciocínio.

Termina o estudo da inferência indicando-a como instrumental com o qual a trabalhadora social consegue generalizar suas descobertas referentes aos fenômenos observados e explicados em forma de interpretação.

A partir da justificativa, que dá sobre o uso da inferência, dedica em seu livro doze capítulos (VI a XVII) para ilustrar a aplicação de seu método.

Primeiramente apresenta a entrevista e a observação como técnicas para o estudo a ser realizado. Considera a primeira entrevista com o cliente o instrumento básico. Ensina como detectar se as condições observadas podem-se constituir em objeto de estudo. Seu interesse é mostrar a observação como técnica científica que será usada como técnica específica para o método.

Por não admitir a pessoa isolada, nem o trabalho do social limitado ao inter-relacionamento da trabalhadora social – ou assistente social e cliente (termo que adota em substituição a necessitado), mostra as exigências do método quanto à multiplicidade de técnicas a serem empregadas nas entrevistas realizadas em função das “fontes de informação diversas”. E ressalta de modo especial o grupo familiar.

Ao ensinar com quem colher e onde colher, preocupa-se com o conteúdo do que vai ser registrado como “expressões faladas”, e o que vai se constituir em observação. Salienta então as reflexões sobre: a fidelidade no registro dos fatos observados; a observação intersubjetiva; a observação indireta.

Com este último recurso - “observação indireta” - mostra a importância do documento, que já contém uma análise anterior de outro profissional, ser também tomado com objeto de estudo do Serviço Social, ou seja, em sua perspectiva particular.

Destaca nos trabalhos com casos sociais todas as técnicas que vão cumprir os requisitos do seu método. Aproveita essa oportunidade, mais uma vez, para ilustrar as condições de instância de preparo profissional para o assistente social, especificando-as na ordem intelectual, ética, e da própria filosofia da disciplina.

Para melhor explicitar as operações que garantem o Diagnóstico Social é relevante o capítulo a respeito de Comparação e Interpretação (XVIII).

O trabalho desta fase exige a compreensão do conhecimento de que na Evidência Social os fatos estão reunidos na forma como foram recolhidos. Em outras palavras, os fatos ainda não teriam sido ordenados - de modo que os elementos componentes das relações consideradas básicas apareçam como variantes uns dos outros - nem apareçam como um conjunto na visão totalizante do caso social.

Richmond considera muito importante o resultado da comparação dos dados, pois é ela que vai determinar a organização dos dados já não mais da maneira apresentada pela Evidência Social - ou seja, como foram apreendidos. Ainda mais porque esta organização será a base sobre a qual serão levantadas as hipóteses. Por isso no capítulo XX (Incapacidades Sociais e Planos de Questionários), relaciona o tema às exigências dos questionamentos que podem auxiliar a comparação dos dados.

A Evidência Social é ao mesmo tempo uma informação – colheita de dados – e um problema que o trabalhador social deve resolver ativamente para atingir e ultrapassar esta informação, passando de uma condição de organizador para uma posição de descobridor quando, agindo sobre ela, cria uma nova informação.

Richmond, ao trabalhar com hipótese, usa o modelo dedutivo a partir da inferência imediata. Salienta as regras importantes, que ao contrário do que aparentam, são de difícil cumprimento. Admite o caráter aberto da hipótese, logo aceita que as conclusões são provisórias. Considera que o processo lógico, inserido na hipótese, constitui uma inferência válida, apesar de passiva de transformação. Expressa essa objetividade na interpretação, considerada como hipótese integral, cuja validade nas proposições pode ser aceita, e ou acreditada, dentro da própria compreensão do humano que se deixa descobrir. Poderia se dizer então que o Diagnóstico Social explica, ao interpretar a sua própria hipótese.

Richmond, ao colocar o exame crítico e a comparação como operações necessárias, indica a exigência do trabalho de verificação lógica: a coerência e a verificação técnica. Em seguida ocupa-se da verificação científica (resultado estrito). Assim todo o conjunto de dados que compõe a Evidência Social passa ao nível de hipótese. No discurso, o processo de observar tudo, ou colher todos os fatos em função de um pedido de ajuda, é delimitado no conceito de Diagnóstico Social pela hipótese integral.

Admite, como forma de verificação, a observação dirigida para o exame de novas formas de comportamentos e atitudes. Tudo em dependência direta com o conteúdo específico (Evidência Social, a priori), o caráter das pressuposições em questão (hipóteses) e os controles (observação direta, indireta ou de campo) selecionados para corrigir ou rejeitar a hipótese integral (o a priori sintético). Admite a experiência controlada pelo fator tempo, submetido às exigências do objetivo do trabalho social.

Afirma em seu discurso que a hipótese, considerada como ponto de partida obrigatória do trabalho, já contém antecipadamente uma idéia. A pobreza intelectual da hipótese é que determina a pobreza da interpretação. E ainda que, em verdade, não haja

condições para ser satisfeita essa exigência, explica que toda hipótese é o resultado de um processo mental de esquematização e de abstração a partir de dados sensíveis, mas que nenhuma expressão teórica corresponde exatamente à realidade exterior. Além disso, ela distingue o nível do processo de pensamento (trabalho intelectual) da pressuposição – filosofia do Serviço Social.

Richmond, no capítulo VI, aborda por interpretação:

“...a tentativa de deduzir das evidências, que se tenham apurado, uma definição tão exata quanto possível das dificuldades sociais do cliente, de onde resulta que é na interpretação afinal que consiste o diagnóstico” (Richmond 1950:75).

Mostra grande preocupação em indicar no capítulo XVIII, o conteúdo do diagnóstico e diz:

“... um diagnóstico social perfeito é aquele que abrange todos os fatores principais que importam à reconstrução social com inclusão de todos os dados sobre que se possa afirmar o tratamento social a empreender. Nesta seleção dos elementos deve a trabalhadora social evitar sempre qualquer preferência por fatores causais, resultante de impulsos, predisposições ou simpatias pessoais” (Richmond, 1950: 305).

E conclui afirmando, ainda no mesmo capítulo, ser a interpretação o Diagnóstico Social, que define mais uma vez assim:

“Diagnóstico Social pode ser definido como sendo a tentativa para se formar um juízo tão exato quanto possível da situação, da personalidade dum ser humano que tenha qualquer necessidade social, situação e intencionalidade estas em relação aos outros seres humanos de quem ele dependa ou que dependam dele, em relação também as instituições sociais de sua comunidade” (Richmond, 1950:310).

A interpretação é, na verdade, a conclusão a que chega o trabalhador social – assistente social. Em outras palavras, interpretar é localizar o cliente no espaço e tempo da sociedade em que está inserido. Compreendê-lo através das relações que constitui. Percebê-lo como pessoa vivendo uma situação de dificuldade.

Essa compreensão do homem no social faz Richmond reforçar a sua teoria de “interdependência de massa e indivíduo” e, conseqüentemente, da “reforma social e o trabalho dos casos caminharem a par”. Isso permite considerar o Diagnóstico Social numa visão mais ampla, mostrando quanto a ordenação e a classificação de Evidências

Sociais poderão trazer subsídios para o estabelecimento e aplicação de legislação social, exigindo reformas não só a ela concernentes, mas também quanto à própria ação do Serviço Social.

No desenvolvimento do discurso de Richmond, observam-se as transformações que substituem um pensar assistencial acerca do necessitado para outro bem diferente: o social, em que a concepção de dependência no processo de ajuda cede lugar a uma concepção da dinâmica que existe entre o cliente e o seu meio social. Concepção que aceita a compreensão dessas realidades e a possibilidade de transformação – reconstrução social. Em outras palavras é conhecer para transformar. Trata de uma fundamentação, de uma metodologia, de um tipo de cliente, de um conceito de homem, de um tipo de relação. Um método que busca o conhecimento de dificuldades sociais, por serem estas representativas da problemática social (a interdependência da melhoria da massa e do indivíduo), conceito básico dessa teoria, que se lê como filosofia. Filosofia que provocou uma ruptura com o procedimento anterior.

Num outro nível, seu discurso apresenta características bem definidas. Não se pode considerá-lo como teoria de Serviço Social, mas apenas do Diagnóstico Social. Entretanto ele se caracteriza melhor como um método de analisar relações e criar construções científicas. A compreensão do que seja o trabalho científico de Richmond não é fácil. Ao construir o objeto de conhecimento, luta para respeitar as ordenações científicas da exploração científica. Não reduz o problema – pedido de ajuda para uma dificuldade – a seus elementos constitutivos considerando-os isoladamente. Mas admite como ponto de partida que qualquer dificuldade social é resultante de uma multiplicidade de fatores inter-relacionados. Por conseguinte, o Diagnóstico Social é o método de análise dessas relações colocado numa perspectiva dinâmica. Por isso o diagnóstico não é definitivo.

O discurso focaliza como especificidades que o distingue: o método quanto ao objeto de conhecimento; o interesse pelos aspectos dinâmicos (personalidade versus reconstrução social); a análise (exame crítico) da situação como um todo (Evidência Social).

Richmond questiona, na sua pesquisa, como atender as exigências do método científico, arriscando com a Evidência Social uma espécie de objetivação da subjetividade humana apropriada ao Serviço Social. Por isso a organização da Evidência Social proposta supõe um tipo de comportamento que lhe assegura objetividade própria.

Em DIAGNÓSTICO SOCIAL, Richmond apresenta uma das mais brilhantes e originais construções do Serviço Social. Estas construções estão a serviço da nova disciplina “*Social Case Work*”, que irá desenvolver mais adiante em seu livro “*What is Social Case Work? An Introductory Description*” em 1922.

Suas lições de criatividade intelectual e de inserção em trabalhos sociais desafiadores indicam uma trajetória extraordinária para uma mulher nascida na segunda metade do século XIX.

Mary Ellen Richmond, nasceu em Belleville, Illinois nos Estados Unidos da América em 5 de agosto de 1861, e faleceu em 12 de setembro de 1928 em Nova York.

Crê-se que seu ambiente familiar teve enorme influência no desenvolvimento de sua personalidade, pois são extremamente significativos os fatos da história da sua infância e adolescência.

Cresceu em Baltimore, sob os cuidados da avó e sua tia “militantes dos chamados movimentos radicais”, após a morte prematura de seus pais vitimados pela tuberculose.

No lar vivia uma atmosfera onde os temas políticos (voto da mulher, problemas raciais, sociais e outros) eram exaustivamente debatidos. A posição contrária à

pedagogia tradicional era assumida, e o contato direto com as obras literárias era freqüente. Aprendeu a ler em casa e só vai à escola com onze anos. Adquiriu nesse período qualificações técnicas de disciplina científica que lhe foram impostas com a exigência de leituras e fichamento do material lido. Completou os estudos de grau colegial aos dezesseis anos no *Easton High School*, onde criou com suas colegas de turma, o clube Laura De Valin com o objetivo de estudo da literatura clássica inglesa. Assim, além da leitura dos representantes dos movimentos radicais, passa a estudar os escritores, poetas, romancistas e a preparar artigos, comentários e comunicações orais sobre os mesmos.

Ao terminar a escola, em 1878, foi para a cidade de Nova York junto à tia que era empregada como revisora de publicações. Empregada, também, na mesma firma, aplica-se as mesmas atividades. Após a doença da tia que regressara a Baltimore, fica sozinha em Nova York para sustentar ambas, passando por momentos difíceis, decorrentes de ela mesma adquirir a “doença dos pulmões” e malária.

Volta a Baltimore em 1881 e ela mesma conta que na sua juventude, suas ocupações profissionais foram sem significação para suas aspirações: guarda livros num armazém de papel e a seguir num hotel. Enfrentou problemas religiosos optando pela Igreja Unitária. Nela, leciona na escola dominical e cria um clube literário, talvez seu primeiro encontro com o social – a sua experiência de um modo de ser útil oferecendo oportunidades de desenvolvimento de pessoas.

Começa a segunda fase de sua vida em 1889, ao assumir a função de tesoureira na Sociedade de Organização de Caridade de Baltimore. A eficiência do desenvolvimento das tarefas e o interesse pela justiça social, levaram-na a assumir encargos de maior responsabilidade profissional: secretária da Sociedade de Organização de Caridade de Baltimore (1889-1900), secretária da Sociedade de Organização de Caridade de Filadélfia (1900-1909) e diretora do Departamento de Organização de Caridade da Russel Sage de Nova York (1909-1928).

Grande incentivadora do aperfeiçoamento do pessoal ocupado com o trabalho social, colaborou com a formação do assistente social lecionando em cursos e desenvolvendo supervisão.

Richmond, pelas suas realizações, se tornou conhecida e desfrutava de grande prestígio dentro e fora do grupo dos assistentes sociais. Pode-se inferir que a compreensão que tinha do papel da cultura e do trabalho científico tenha sido nela desenvolvida desde a sua formação, por isso nunca desprezou e sempre procurou a colaboração de cientistas, de profissionais notáveis e de colegas de comprovada experiência.

Em 1921, foi lhe conferido pelo *Smith College*, Massachussets, o grau honorário de *Master of Arts*, por ter estabelecido as bases científicas de uma nova profissão.

A partir de 1924 tem pouca saúde, trabalhando várias horas em sua casa, sem cessar sua produção. Em 1926, constitui um grupo informal denominado “The Talkers” para estudos e debates de temas de interesse variado.

A preocupação com o homem e seu meio social sempre a motivou e orientou em seu engajamento na realidade social e em sua realização intelectual.

Após o DIAGNÓSTICO SOCIAL, Richmond, não satisfeita plenamente e levando às últimas conseqüências suas interrogações, prossegue suas pesquisas em “*What is Social Case Work?*” (1922). A obra retrata uma atitude intelectual não mais fundada na busca da prova explicativa, mas em razões do por que e do como, o que possibilita a passagem da descrição do caso social a um nível de compreensão de novas conexões da aquisição do conhecimento, em combinação com a ação do desenvolvimento do Serviço Social.

Seu pensamento, pela eloqüente capacidade de reflexão, à luz de diferentes formas de conhecimento, e pela conseqüente revisão de conceitos e métodos, que acarretou uma base original, legitimou o exercício de uma nova disciplina, representando um projeto aberto e ousado.

Muito distante das imputações dogmáticas, que foram atribuídas a Richmond por alguns de seus críticos, sua produção teórica tornou-se clássica porque sua visão continua inspiradora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RICHMOND, Mary E. Social Diagnosis. New York: Russel Sage Foundation, 1917.
- _____. Diagnóstico Social. Tradução de José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.
- _____. What is Social Case Work? And Introductory Description, New York: Russel Sage Foundation, 1922.
- _____. The Long View Papers and Address. Seleção e Edição com Notas Biográficas por Joanna C. Colcord e Ruth Z. S. Mann, New York: Russel Sage Foundation, 1930.
- SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. Mary Richmond: um olhar sobre os fundamentos do Serviço Social, Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.
- _____. Introdução ao Pensamento de Mary Richmond- Construção do Diagnóstico Social. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 1976.